

9m  
23/9/97 A-3  
28

OPINIÃO

Dresdner Bank Lateinamerika FUNDOS DE INVESTIMENTO, FUNDOS DE SEGURANÇA

# Água pública? Privada? Mista?

Washington Novaes \*



É pena que a comunicação não tenha dado cobertura ao seminário internacional "Os desafios da oferta sustentável de água em países emergentes", promovido há poucos dias, em São Paulo, pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e pela Sabesp. Muitas das reflexões ali apresentadas colocam sobre a mesa informações e experiências que precisam ser consideradas no momento em que se tomam decisões cruciais para o futuro do abastecimento de água e do saneamento básico.

São áreas em que ainda temos carências brutais. Embora as estatísticas sejam imprecisas e nem sempre atualizadas, costuma-se mencionar que 10% da população urbana ainda não dispõe de água tratada e que 50% dessa mesma população não tem suas residências ligadas a redes coletoras de esgotos. Só 4,9% dos esgotos produzidos recebem alguma forma de tratamento e quase 80% dos esgotos domésticos são despejados sem tratamento nos rios. Neste século, o consumo brasileiro de água já se multiplicou por 10. Entre 1975 e 1995, dobrou, crescendo a taxas muito mais altas que o crescimento da população. Os cálculos sobre investimentos necessários também variam muito. Os mais recentes falam em R\$ 3 bilhões por ano durante os próximos quinze anos.

A tendência mais freqüente nestes últimos tempos tem sido a de propor a privatização do setor e a desregulamentação, sob o argumento de que está esgotada a capacidade de endividamento governamental e o setor

público não tem sido eficiente na gestão. Mas os depoimentos levados ao seminário recomendam no mínimo muita ponderação nos rumos a seguir. Principalmente, sugerem considerar que cada caso será um caso — regras generalizantes são problemáticas e perigosas.

A professora Saskia Sassen, da Universidade de Colúmbia, Nova York, foi uma das vozes mais enfáticas nessas recomendações. Tem-se confundido privatização e desregulamentação com ausência de regras, lembrou ela. E não é nem pode ser assim. A própria economia globalizada se move sob regimes jurídicos muito definidos, seja no comércio, seja nos mercados de capitais. Nestes, como se poderia assegurar tranquilidade e li-

**A tendência mais freqüente nestes últimos tempos tem sido a de propor a privatização do setor**

quidez, a cada manhã ("e é sempre manhã em alguma das bolsas interligadas") sem regras muito claras? "Mesmo quando Wall Street acha que tudo vai muito bem, o Federal Reserve olha o panorama com preocupação, porque os governos nem sempre conseguem exercer com eficiência o papel que lhes cabe — e isso não é bom para o mercado", disse ela. E chamou a atenção para o fato de que no Fórum de Davos, em 1991, "o mercado era tudo", refletindo a euforia com a queda do Muro de Berlim. "Neste ano, nesse mesmo Fórum, o tema central foi exatamente os limites do mercado, como recuperar a governabilidade."

O representante da International Finance Corporation, Ricardo M. Santos, não tem dúvida de que o modelo tradicional no setor está esgotado e não será capaz de atender à demanda de US\$ 600 bilhões, prevista

para os próximos dez anos nos países em desenvolvimento. Esse modelo, a seu ver, tem levado ao "consumo ineficiente de recursos limitados, ao mesmo tempo que os subsídios encorajam o desperdício". O setor privado, ao contrário, demonstraria mais qualidade no serviço, mais eficiência e maior capacidade de investimento, graças à lucratividade. Sua principal desvantagem seria "a lentidão para concretizar a privatização".

Um quadro bastante diferente desse foi apresentado pelo presidente da Empresa Portuguesa de Águas Livres (responsável pelo abastecimento de Lisboa), professor João Bau. Entende ele que é preciso considerar, de início, dois pontos: 1. Qual é a experiência dos países desenvolvidos, onde esses serviços são mais antigos, mais amadurecidos? 2. Qual tem sido o resultado das privatizações nesses países? Depois de analisados esses pontos é que se deveria examinar a conveniência — ou não — do desaparecimento do setor público nessa área.

Nos Estados Unidos, mostrou ele, o modelo público continua dominante no abastecimento, e a previsão é de que o setor privado chegue a 25% do total até 2010. No Japão, é essencialmente municipal. Na França, a iniciativa privada responde pela gestão de 75% do abastecimento e o Estado por 67% do saneamento. No abastecimento, quanto menor o município, maior a presença estatal. Na Inglaterra, onde a iniciativa privada já respondia por 25% do abastecimento, com as privatizações a em-

presa Générale des Eaux assumiu 5,4% do abastecimento e a Lyonnaise des Eaux (associada à Chantiers e à Suez) mais 7,3%.

Qual é a avaliação dos serviços privados? Na Inglaterra, 30% dos consumidores servidos pelas novas empresas opinaram que o atendimento piorou, ante 3% que sentiram melhoras. Num debate na Câmara dos Comuns, em 1991,

os adversários do governo que privatizara serviços mostraram que as tarifas haviam subido até 30% e que os lucros aumentaram 360% em um ano. A freqüência de acidentes também aumentou. Os conservadores disseram o contrário: que os consumidores estavam mais protegidos, os investimentos se expandiram. Em março de 1995, a revista The Economist fez um diagnóstico em que admitiu aumento de custos para os consumidores e "salários aberrantes" dos diretores das empresas. No ano passado, um terceiro estudo mostrou que de fato os preços para o consumidor subiram pelo menos 5% acima da inflação, os lucros triplicaram e o valor patrimonial das empresas que assumiram os serviços passara de 2,5 bilhões para 13 bilhões de libras esterlinas. The Wall Street Journal, em sua análise, entendeu que a privatização "foi um desastre", pois não aumentou a eficiência nem a competitividade, enquanto os preços subiram muito. Provavelmente por causa de todos esses argumentos, o novo governo trabalhista já anunciou que cobrará dessas empresas US\$ 2,74 bilhões em taxas, para ressarcir-se dos prejuízos que teve

com os preços excessivamente baixos da venda de seus ativos.

Nos Estados Unidos, mostrou o professor Bau, existem muitas avaliações. Três dos estudos dizem que o setor público é mais eficiente; quatro entendem que não há diferença significativa.

Na França, o nível de satisfação tem sido maior (94%) entre os consumidores de empresas públicas que entre os de empresas privadas (86%).

Nos chamados países emergentes, de experiência mais recente com as privatizações, o problema apontado tem sido a tendência de verticalização da parte das empresas que assumem os serviços, já que elas respondem pelo projeto, pela consultoria, pela construção, pelo fornecimento de equipamentos e materiais, etc. E isso tem muitos reflexos na economia interna.

Para o conferencista português, "cada caso deve ser visto isoladamente" em suas vantagens e desvantagens, sem preconceitos contra ou a favor de empresas públicas. A eficiência é que importa, ao lado da satisfação do usuário — considerados certos parâmetros mínimos, como a dimensão ambiental, a necessária limitação de tarifas, as necessidades sociais e a ausência de mudanças tecnológicas significativas quando se passa de um para outro sistema.

Já o representante da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Luiz Antônio Baltar, colocou como premissa responder a algumas questões: 1. Haverá conflito entre globalização (que coloca o controle fora do País) e a necessidade de controle público do setor? 2. Como

transferir tecnologias? 3. Como viabilizar investimentos, já que no Brasil serão necessários R\$ 3 bilhões por ano, só para atender ao déficit atual?

A seu ver, há uma disponibilidade significativa de recursos nacionais, principalmente do FAT e de fundos de poupança compulsória. Os problemas estão na reduzida capacidade de endividamento público, nas burocracias estatais e, no setor externo, na competição por recursos com o Leste europeu.

Empresas de economia mista poderiam, em seu entender, ser uma solução interessante, na medida em que a operação é privada, mas assegura o controle público via acionista majoritário. De qualquer forma, pensa ele, "teremos predominância de atores

**Restaria saber qual dos sistemas garante a sustentabilidade, principalmente ambiental**

públicos durante muito tempo". Mas a tendência será de presença estatal forte nos sistemas mais simples (municipais) e de empresas mistas nos mais complexos, que exigem agilidade maior que a do setor público, para viabilizar a competição.

Seja como for, com serviço público, privado ou misto, "a política deve ser pública; as agências reguladoras precisam ser independentes, com mandato fixo para seus membros".

Restaria saber qual dos sistemas garante a sustentabilidade, principalmente ambiental. Mas esse é tema para outra hora. Por enquanto, valeria a pena aprofundar o debate sobre os novos caminhos discutidos por esses conferencistas. As experiências reunidas no seminário mostram que se está longe de consenso.

Jornalista